

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS****1. DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de confecção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, para futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema nos espaços físicos,** conforme condições, especificações, exigências e estimativas, para atender as necessidades das novas instalações do Almoxarifado Central e da Oficina da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2    Requisitante:</b>	Almoxarifado Central e Oficina da Prefeitura de NF
<b>1.3    Fundamentação legal:</b>	PREGÃO com participação AMPLA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Municipal 599/202, em caso do valor ser inferior a R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais) a contratação se dará pelo Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93
<b>1.4    Período:</b>	90 (noventa) dias;
<b>1.5    Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**2. DO SERVIÇO**

**2.1** A empresa contratada deverá prestar os serviços de confecção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, que visa futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema, para atender as necessidades das novas instalações do Almoxarifado Central e da Oficina da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

**2.2** A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	2011	Confecção de Projeto de Combate a Incêndio e pânico para eventual e futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema nos espaços físicos onde funcionam o Almoxarifado Central, localizado a Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130, área A e a Oficina Municipal, Rua Zilda Ceccon Salarine, nº 38 - ambos em Conselheiro Paulino.	Serviço	Prestação de Serviços por 90 (noventa) dias

### **3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** Após a interdição do prédio onde ficava localizado o Almoxarifado Central em Dezembro de 2021, foi necessário a locação de imóvel para abrigar as novas instalações do mesmo, bem como da interdição em meados de 2021 da Oficina Municipal, visto as condições insalubres que se encontravam o antigo prédio, para estes novos imóveis, será necessário a contratação de serviços de pessoa jurídica credenciada para confecção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico que visa futura, instalação de dispositivos, equipamentos e sistema nos espaços físicos do referido Almoxarifado e Oficina, conforme normas de segurança vigentes no estado do Rio de Janeiro com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

**3.2** A presente contratação de pessoa jurídica credenciada para confecção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, para futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema, faz-se necessário, embasada nas normas de segurança vigentes no Estado do Rio de Janeiro e para proporcionar condições necessárias, satisfatórias de segurança preventiva pessoal e patrimonial contra incêndio e pânico no ambiente de trabalho, bem como, em caso de sinistro, o abandono da área, visando a proteção à vida dos funcionários e usuários.

**3.3** Tal serviço é essencial para adequar os locais, proporcionando condições satisfatórias de segurança preventiva pessoal e patrimonial contra incêndio e pânico no ambiente de trabalho, bem como, em caso de sinistro, abandonar a área, visando proteger as vidas dos profissionais e usuários. Para que as instalações necessárias sejam levadas a efeito, se faz mister, a confecção de projetos de segurança contra incêndio e pânico, baseado nas exigências das autoridades competentes (Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro), através de laudo que orientarão a instalação e a manutenção de sistema de prevenção e combate a incêndios para os setores, nas edificações em questão.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

**4.2** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**4.3** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.72
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	19 e 00
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	08002.0412200011.008 e 08003.0412200012.002

**5.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO:  
AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-  
001.**

## **6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**6.1** O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a **confeção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, visando futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema** nos prédios que abrigam as sedes do Almoxarifado Central e da Oficina da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo as exigências das normas de segurança do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios do Estado do Rio de Janeiro

**6.2** Os projetos a serem concebidos deverão obedecer à legislação específica referente às normas da ABNT, às normas da acessibilidade (NBR9050), à resolução 081 do Conselho Nacional do Ministério Público, a critério de sustentabilidade, às prescrições e regulamentos das concessionárias locais e a supervisão e orientações do órgão técnico da contratante.

**6.3** Será necessária a apresentação da Certidão de Acervo Técnico, do profissional de nível superior, que irá executar tais projetos, emitida pelo CREA e/ou CAU

**6.4** O Responsável Técnico pelos projetos ou a empresa contratada deverá ser cadastrado no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelece o decreto nº 42 de 17 de dezembro de 2018.

**6.5** A empresa contratada será responsável pela elaboração dos projetos executivos do sistema de Prevenção e Combate a Incêndios, sua protocolização no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ. Tais projetos deverão estar adequados às normas de segurança para as aprovações em questão, de modo que as estruturas físicas existentes sejam preservadas e adequadas conforme orientação contida no Laudo de Exigências do CBMERJ, sempre obedecendo às demais normas técnicas vigentes cabíveis; A empresa contratada deverá diligenciar junto ao CBMERJ para obtenção da competente aprovação do projeto, ficando a seu encargo as eventuais alterações que se fizerem necessárias.

## **7. DA VISITA TÉCNICA**

**7.1** Fica facultativa, as empresas interessadas na contratação, a realização de visita técnica prévia aos locais do serviço.

## **8. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

**8.1** Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com as resoluções específicas de seus respectivos Conselhos (CREA ou CAU).

**8.2** A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, pelos profissionais listados abaixo:

**8.2.1** 01 profissional Arquiteto ou Engenheiro Civil, com atribuição de responsável técnico pelos levantamentos arquitetônicos e afins;



**8.2.2** 01 profissional Arquiteto, Engenheiro Civil, Sanitarista ou Hidráulico, com atribuição de responsável técnico pelos Projetos de Hidrossanitários e afins.

**8.3** O responsável técnico indicado pela empresa para desenvolver os projetos listados acima, deve comprovar a sua regularidade profissional junto ao seu Conselho (CREA ou CAU), preenchendo todos os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA para engenheiros e CAU para arquitetos e urbanistas.

**8.4** Durante o período de vigência do contrato, será permitida a substituição dos profissionais indicados durante o processo licitatório ou o acréscimo de profissionais, desde que o novo profissional atenda aos requisitos mínimos exigidos e que seja autorizada a substituição por parte do Fiscal do contrato.

**8.5** A empresa deverá ainda, antes do início do contrato, nomear um Gerente de Projetos, profissional nível superior, legalmente habilitado no Conselho de Classe (CREA ou CAU), a ser designado para gerenciar a equipe de projetistas, respondendo por todos os serviços referentes ao contrato, independente da responsabilidade individual de cada técnico. Sua função será tratar das compatibilizações entre complementares e auxiliar a fiscalização no acompanhamento das soluções de projetos a serem adotadas pelos projetistas.

## **9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**9.1** Será de inteira responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS as aprovações e alterações necessárias dos projetos contratados nos diversos órgãos competentes, de fiscalização e controle, e demais entidades que as solicitem, até a aprovação e legalização definitiva dos mesmos.

**9.2** A aprovação e legalização dos projetos não eximirão seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às suas atividades profissionais.

**9.3** A empresa contratada deverá arcar com a custa de todos os documentos impressos, pagar as taxas de análise do projeto e mobilização para o serviço de protocolo e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo estes custos estarem inclusos em suas propostas

**9.4** Após a aprovação e a legalização dos projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes, no caso da não compatibilidade dos projetos com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a

legalização das modificações nos órgãos competentes sem ônus, de novos documentos impressos e mobilização, para a Contratante.

**9.5** A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelos projetos deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela Contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

**9.6** Os projetos de instalações em geral deverão ter como objetivo básico a COMPATIBILIZAÇÃO entre estes e o arquitetônico. Deverão sempre ser levados em conta os aspectos estéticos e funcionais, visando à facilidade de manutenção, segurança e controle de acessos, para portadores de deficiência e mobilidade reduzida e controle do sistema como um todo.

**9.7** A contratada deverá apresentar Registro das Responsabilidades Técnicas dos serviços realizados, dos Conselhos Regionais correlatos.

## **10. TIPOLOGIA DO PROJETO**

**10.1** Os projetos de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico são mapas que descrevem um sistema de segurança e prevenção contra incêndio e controle de pânico, ou seja, os tipos de equipamentos e acessórios que existirão no local e suas localizações para a prevenção e o combate do incêndio e controle de Pânico.

**10.2** A Elaboração dos Projetos de prevenção de incêndio é de responsabilidade dos projetistas, e também dos usuários, que devem seguir corretamente as recomendações.

**10.3** Todos os projetos de prevenção deverão, conforme legislações regionais, ser aprovados junto aos órgãos competentes.

**10.4** O mapa que descreve o sistema de segurança e prevenção contra incêndio e controle de pânico deve contemplar todos os elementos necessários à completa interpretação do projeto, a citar:

**10.4.1** Levantamento do projeto de arquitetura, incluindo dimensionamento de vãos, especificação de materiais existentes (inclusive portas e esquadrias), layout existente, cobertura (inclusive sistema de apoio e materiais), cortes (quantos necessários), elevações (todas), implantação, entre outros pertinentes ao correto entendimento da edificação existente.

**10.4.2** Deverá ainda contemplar os principais elementos relacionados às instalações prediais, a exemplo dos pontos de tomadas, luminárias, interruptores, pontos de lógica, racks de

informática, quadros elétricos, condensadores e evaporadores, mangueiras, caixas de passagem, câmeras, alarmes, entre outros.

**10.4.3** Todos os itens descritos acima devem ser acompanhados de memorial descritivo e extenso registro fotográfico.

**10.4.4** Para tanto, a Contratante fornecerá plantas arquitetônicas, digitalizadas ou não, que deverão auxiliar no desenvolvimento do serviço.

## **11. PROJETO BÁSICO**

**11.1** O projeto básico é a definição técnica completa, mas anterior ao nível executivo, e apresenta as informações necessárias ao planejamento da execução do projeto.

**11.2** Além deste projeto devem ser apresentados quantitativos de materiais, serviços e etapas da obra.

**11.3** Os projetos devem ser apresentados em meio digital (PEN DRIVE), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos ("plotagem"), e também deverão ser entregues plotados em duas vias, ou seja, serão entregues a Contratante em dois jogos. Os documentos em formato A4, também deverão ser entregues impressos em duas vias.

**11.4** Devem constar destes projetos o conjunto de desenhos técnicos normalizados e cotados, com informações textuais necessárias, para que seja possível o pleno entendimento da configuração das instalações prediais para a execução dos projetos.

**11.5** O Projeto Básico pode, ainda, configurar documento técnico suficiente para remuneração de etapas de projeto e como etapa de contrato para consolidar a anuência do demandante diante das decisões projetuais e técnicas do contratado, bem como para subsidiar processos licitatórios, conforme legislação em vigor.

## **12. PROJETO EXECUTIVO**

**12.1** Definição detalhada dos projetos, quantitativos, orçamentos e especificações técnicas, segundo normas técnicas brasileiras, prazos de execução, viabilidade econômico-financeira e exigências de uso, conforme Lei Federal no 8.666/1993. O projeto executivo configura documento técnico capaz de atender a todas as exigências suficientes e necessárias à execução, definição de metas e prazos, planejamento da execução e operação da obra concluída.

**12.2** O Projeto Executivo é documento técnico e tem função administrativa. Pressupõe o conjunto de desenhos, textos, planilhas, gráficos, quantitativo de Materiais e Serviços, o orçamento a ele associado, além do Levantamento físico-arquitetônico e/ou físico-territorial da obra e dos Cadernos de Especificações Técnicas.

**12.3** Deverão ser entregues em meio digital ao contratante (PEN DRIVE), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos (“plotagem”), e também plotados em três vias, ou seja, serão entregues em três jogos. Os documentos em formato A4 deverão ser entregues impressos em três vias. Todas as pranchas e documentos em formato A4 deverão ser entregues arquivados em PASTA AZ devidamente identificadas.

**12.4** Os Cadernos de Especificações Técnicas, segundo padrões vigentes, são textos ilustrados e tabulados que informam precisamente as etapas de execução da obra, os procedimentos de controle e monitoramento tecnológico de materiais e processos e a forma de tratamento, transporte, armazenamento, execução, montagem, equipamentos, instalações e demais componentes de obra civil, segundo normas técnicas correspondentes.

**12.5** O Projeto Executivo, nestes termos, configura o documento final deste contrato, condição necessária e suficiente para o planejamento, à definição da execução e posterior utilização pela entidade contratante, encerrando a relação de prestação de serviços.

**12.6** Os referidos projetos devem seguir, necessariamente, as Normas Técnicas vigentes e concernentes à respectiva especialidade, como parâmetro de estudos e de definição de soluções técnicas de projeto, incluindo as formas de desenho técnico e apresentação de planilhas de quantitativos e orçamento. Devem ser atendidos, também, os requisitos da legislação incidente sobre as áreas de projeto.

### **13. QUANTO AO CONTEÚDO DO PROJETO E DOCUMENTOS**

**13.1** Os projetos contemplarão a elaboração do Plano de Intervenção e deverão ser concebidos de forma a proporcionar um nível adequado de segurança dos ocupantes em caso de incêndio, minimizando as probabilidades de propagação do fogo através de seu combate no foco, além de diminuir os danos causados pelo sinistro aos bens existentes. Deverá proporcionar a rápida evacuação do prédio, através do plano de abandono da edificação, o qual deverá estar inserido no plano de Intervenção.

**13.2** Os dispositivos previstos nos projetos de detecção e prevenção contra incêndio deverão ser integrados às instalações elétricas e hidro sanitárias, como iluminação de emergência, iluminação autônoma, acionadores manuais (quebre o vidro) e audiovisuais (sirene) se assim a norma exigir.

**13.3** Deverão atender às exigências das normas da ABNT, normas de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, normas de execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio,



norma para utilização de hidrantes para combate a incêndio, extintores de incêndio e iluminação de emergência.

**13.4** Os Projetos de Prevenção e Combate Contra Incêndio deverão ser desenvolvidos levando em conta a compatibilidade com os projetos arquitetônico e complementar, a fim de que se obtenha uma solução mais econômica e funcional.

**13.5** Os projetos de instalações de combate a incêndio deverão apresentar planta de localização dos hidrantes, rede de distribuição de água, sistema de dreno e sistema de válvulas.

**13.6** Os projetos de instalações de combate a incêndio deverão conter os seguintes itens arrolados abaixo:

**13.6.1** Rede interna de sprinklers caso a norma exija;

**13.6.2** Casa de bombas e barriletes, com detalhamentos;

**13.6.3** As pranchas deverão conter legendas completas, contendo todas as informações e especificações técnicas dos materiais utilizados neste sistema, incluindo quadros com os quantitativos por pranchas;

**13.6.4** Detalhes gerais e memoriais descritivos;

**13.6.5** Memorial descritivo dos projetos, caderno de especificações e relação completa de materiais, incluindo memórias de cálculo e descritivos de todos os sistemas de pressurização usados;

**13.6.6** ART junto ao CREA ou CAU com detalhamento descritivo das atribuições técnicas por profissional, segundo exigências do Corpo de Bombeiros e CREA;

**13.6.7** Planilha de quantitativos e preços dos materiais e serviços, de forma mais setorizada possível, dividida por áreas de edificações (bloco ou pavimento), além da planilha de somatória geral;

**13.6.8** Composições de custo unitário de serviços discriminando separadamente material de mão de obra, mostrando no final a somatória (em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários conforme padrão utilizado pela PINI/TCPO ou similar);

**13.6.9** Elaboração de jogo de desenhos dos projetos de arquitetura dos prédios existentes, atualizados conforme ajustes e / ou alterações geradas durante a execução dos serviços na obra;

**13.6.10** Deverão ser entregues Jogos completos do projeto arquitetônico, contendo todas as anotações de ajustes e / ou alterações ocorridas, contendo:

**13.6.10.1** Plantas baixas de todos os pavimentos;



13.6.10.2 Plantas de cobertura - Cortes - Fachadas;

13.6.10.3 Essa juntada deve contemplar com exatidão, por meio de plantas e memoriais, todos os serviços executados e especificações detalhadas dos insumos utilizados (materiais, cores etc.);

13.6.10.4 Para a manutenção, conservação, reforma e futuras ampliações do objeto entregue não deve possuir margem de erro;

13.6.10.5 Projeto de arquitetura contemplando pontuais modificações orientadas pelo projeto de prevenção e combate a Incêndio.

13.6.10.6 Além da ART/RRT, a contratada irá fornecer um documento de Termo de Responsabilidade Técnica onde ficará lavrado a responsabilidade da empresa na elaboração do projeto/serviço, especificações técnicas e levantamento dos quantitativos e preços de serviços e materiais.

#### **14. CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**14.1** As especificações técnicas deverão conter: informações técnicas necessárias à caracterização da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

**14.2** Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

**14.2.1** Características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos, por outro com características rigorosamente equivalentes, ou seja com mesma função e desempenho técnico.

**14.2.2** Procedimentos de execução;

**14.2.3** Aspectos e desempenhos finais desejados;

**14.2.4** Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelos órgãos de controle;

**14.2.5** Deverá conter planilha geral de quantitativos.

#### **15. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**15.1** ETAPA 1 - Projetos básicos, especificações técnicas, planilha de quantitativos, orçamento, composição de preços unitários e cronograma físico-financeiro da obra.

**15.2** ETAPA 2 - Projetos executivos, especificações técnicas, planilha de quantitativos, orçamento, composição de preços unitários e cronograma físico-financeiro da obra.

**15.3** ETAPA 3 - Projetos executivos devidamente aprovados nos órgãos competentes, incluindo o pagamento das taxas dos mesmos.

**15.4** Os projetos deverão ser elaborados sempre com o acompanhamento de técnicos designados pela Contratante, os quais darão o aceite para cada estágio da concepção das edificações, desde seus estudos preliminares até a proposta final.

**15.5** O material descrito acima deverá ser entregue em mídia digital e analógica. A parte digital deverá estar integralmente contida em um PEN DRIVE, com os arquivos de desenho em formato DWG, MAX e PDF, as imagens em JPG ou com alta resolução que permita sua impressão sem perda da qualidade, os textos em DOC e PDF e as planilhas em XLS e PDF. Já no que se refere ao material analógico, todos os desenhos (expresso em escala adequada) deverão estar plotados em papel sulfite (1 via), de dimensões que permitam suas perfeitas compreensões e manuseios. Os textos e planilhas serão impressos, em uma via, em papel sulfite ou similar, no formato A4.

**15.6** Os projetos em questão deverão estar rigorosamente de acordo com as leis e normas que os regulam, não havendo, portanto, desconformidades legais nas esferas de licenciamento de âmbito municipal, estadual e federal.

**15.7** O aceite do projeto será concedido pela Contratante, podendo esta solicitar a complementação de informações, se assim julgar necessário.

## **16. PRAZOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS**

**16.1** ETAPA 1: O prazo de entrega referente à Etapa 1 será de 15 dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

**16.2** ETAPA 2: O prazo máximo para a entrega da Etapa 2 será de 15 dias consecutivos, contados a partir da data do aceite do produto da Etapa 1.

**16.3** ETAPA 3: O prazo máximo para a entrega da Etapa 3 será de 30 dias consecutivos, contados a partir da data do aceite do produto da Etapa 2.

**16.4** A contratada, a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar cronograma detalhado da elaboração dos serviços.

## **17. PERCENTUAIS DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

**17.1** Etapa 1: 35% do valor total do contrato.

**17.2** Etapa 2: 35% do valor total do contrato.

**17.3** Etapa 3: 30% do valor total do contrato.

## **18. LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

**18.1** Almoxarifado Central - Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130, área A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ.

**18.2** Oficina Municipal - Rua Zilda Ceccon Salarine, nº 38 - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ.

## **19. DA LIQUIDAÇÃO**

**19.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**20.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**20.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**21.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**21.1.1** Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o Contrato;

**21.1.2** Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

**21.1.3** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços contratados;

**21.1.4** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

**21.1.5** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;

**21.1.6** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**21.1.7** Aplicar as penalidades constantes no Item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**22.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

**22.1.1** Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

**22.1.2** Manter o serviço contratado em números, qualidade e condições especificadas;

**22.1.3** Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato.

**22.1.4** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**22.1.5** Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado do local descrito no subitem 2.2 para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

**22.1.6** Fornecer à Secretaria de Infraestrutura e Logística os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

**22.1.7** Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

**22.1.8** Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

**22.1.9** Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza do local de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existente na edificação (paredes e pisos);

**22.1.10** Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho.

**22.1.11** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

**22.1.12** Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento.

**22.2** Confeccionar e providenciar a aprovação do projeto junto aos órgãos competentes, responsabilizando-se pela aquisição e instalação de todo e qualquer dispositivo fixo e/ou móvel devidas sinalizações, necessárias à obtenção do Certificado de Aprovação emitido pelo CBMERJ;

**22.3** Designar, para a realização dos serviços, pessoas idôneas, funcionários devidamente habilitados e capacitados tecnicamente, com conhecimento das Normas Regulamentadoras, devidamente identificados com crachás, para prestar o serviço objeto da licitação.

**22.4** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

**22.5** Refazer o serviço executado quando este não estiver de acordo e não for aceito pelo fiscal da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma;

**22.6** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à PMNF (equipamentos, instalações, materiais e etc) por seus funcionários ou prepostos, desde que, comprovada a responsabilidade dos mesmos;

**22.7** Recolher os tributos Federais, Estaduais e Municipais, incluindo as taxas do CBMERJ, ART do CREA e outros, decorrentes da prestação de serviços em vigência no contrato que, por lei, sejam de responsabilidade da CONTRATADA, fornecendo-os à CONTRATANTE, quando solicitado;

**22.8** Manter durante a vigência do contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Carteiras Profissionais devidamente registradas e atualizadas, apresentando os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

**22.9** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à vale-transportes, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

**22.10** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela CONTRATANTE;

**22.11** Caso a CONTRATADA não possua matriz ou filial no município, designar formalmente, durante a vigência do contrato, preposto com autonomia ampla, geral e irrestrita, para acompanhamento contratual, inclusive nas tomadas de decisões sobre qualquer assunto referente aos objetos e demais itens deste Termo;

**22.12** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**22.13** Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a tiver acesso por força de contrato, sob pena de, não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

### **23. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**23.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784 de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **24. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**24.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência da expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **25. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**25.1** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

**25.2** Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR/FISCAL
Alan Figueira Correa	105.871	Gestor titular
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Gestor substituto

Thais de Lima da Silva Guedes	062.349	Fiscal titular
Luiz Felipe Iaggi Laginestra	062.831	Fiscal substituto

**25.3** Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**25.4** O fiscal designado pela CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**25.5** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**25.6** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/1993.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1** A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **27. DAS RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

**27.1** O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações exigências técnicas aqui apresentadas.

## **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93.

**28.2** As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento do CONTRATO, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

A) Retardamento da execução do objeto;

B) Falha na execução do objeto;





C) Fraude na execução do objeto;

**28.3** Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Secretaria de Infraestrutura e Logística:

A) Advertência

B) Multa

C) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**28.4** A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

**28.4.1** A penalidade de MULTA será aplicada conforme graus e condutas dispostas nas tabela 1 e 2 abaixo, bem como das penalidades previstas em Lei:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% do valor total do contrato
2	1% do valor total do contrato
3	1,5% do valor total do contrato
4	2% do valor total do contrato
5	5% do valor total do contrato
6	20% do valor total do contrato

**Tabela 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o objeto do contrato com atraso em relação ao prazo estipulado	1	Por dia
2	Executar o objeto do contrato incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência



3	Fornecer informação falsa ou substituição indevida de material	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto contratual	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar objeto contratual determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado	6	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	5	Por ocorrência
7	Permitir situação que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência

**Para os itens a seguir, deixar de:**

8	Manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE	6	Por ocorrência

**28.4.2** A penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA consiste no impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado e demais cominações legais, e caracteriza-se nos casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

28.4.2.1 Será considerada inexecução parcial ou total se a CONTRATADA estar enquadrada em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:

**Tabela 3**

Grau	Quantidade de Infrações	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	20 ou mais	40 ou mais
2	10 ou mais	20 ou mais
3	07 ou mais	14 ou mais
4	05 ou mais	10 ou mais
5	02 ou mais	04 ou mais
6	-	01 ou mais



28.4.2.2 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

**28.5** O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contratado, o que ensejará a sua rescisão.

**28.6** A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA poderá também ser aplicada à empresa ou o profissional que:

- A) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- B) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos de contratação;
- C) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo em virtude de atos ilícitos praticados;
- D) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- E) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- F) Apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- G) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- H) Não mantiver a proposta;
- I) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- J) Comportar de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previsto na Lei 12.846/2013;

**28.7** A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, através da Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo (PGM), deverá informar os dados relativos as sanções por ela aplicada aos contratos de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei 12.846/2013.

**28.8** As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

**28.9** Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

## **29. DA RESCISÃO**

**29.1** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal Infraestrutura e Logística o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**29.2** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 constituem motivos para a rescisão do contrato.

**29.2.1** Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

**29.2.2** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

**29.3** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

### **30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**30.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**30.2** Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 08 de agosto de 2022.

<b>GESTOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<hr/> <b>Alan Figueira Correa</b> Mat. 105.871	<hr/> <b>Thais de Lima da Silva Guedes</b> Mat. 062.349

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

Gabriel Costa Wenderroschy  
**Secretário de Infraestrutura e Logística**  
Mat. 062.775